



FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt

Diferentes estudos, nomeadamente os trabalhos do Observatório das Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais, “têm apontado num empobrecimento social, económico e cívico associado à implementação das medidas de austeridade” e que “esta via de caminho único assente no empobrecimento arrasta a sociedade portuguesa para uma depressão económica, social e política”, afirma António Casimiro Ferreira, autor do livro “Política e Sociedade - Teoria Social em tempo de austeridade”, editado pela Vida Económica.

Salientando que a austeridade “não tem alma social” e, por isso, “é indiferente às desigualdades sociais, ao sofrimento e à vulnerabilidade dos seres humanos”, o investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) e coordenador do Núcleo de Ciências Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra explica que “o que a teoria política da austeridade faz é, simultaneamente, negar a possibilidade de uma sociedade mais digna

Austeridade poderia ser evitada

Não se limitando a constatar a realidade, o docente sugere uma das medidas alternativas à austeridade poderia passar pela ação política que, “num sentido amplo, controlaria os mercados e de uma forma clara estabeleceria as linhas em que os interesses gananciosos dos mercados financeiros se deveriam conter sem contaminar a dimensão social das sociedades e da vida das pessoas”. Outro dos caminhos poderia ainda passar por uma “abordagem multidimensional” que “atenderia, simultaneamente, às esferas financeira, económica, laboral e social” e que deveria assumir o compromisso de “apoiar a construção de um mercado de trabalho justo, apoiando o emprego através do estímulo ao crescimento económico”, tal como proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Pacto Global para o Emprego de 2009 e no Plano Global de Recuperação e Reforma do G20.

ANTÓNIO CASIMIRO FERREIRA, AUTOR DO LIVRO “POLÍTICA E SOCIEDADE - TEORIA SOCIAL EM TEMPO DE AUSTERIDADE”, CONSIDERA

Austeridade arrasta a sociedade portuguesa para uma depressão económica, social e política

e justa, operando uma inversão em conceitos básicos da sociologia e da teoria política”. Assim, a ideia de “justiça social passa a estar associada à desigual distribuição dos sacrifícios da austeridade, onde o utilitarismo passa a ser definido como a felicidade do menor número de indivíduos à custa da infelicidade do maior número”.

Para além disso, prossegue o responsável, “os mecanismos concretos através dos quais se opera a redistribuição do bem-estar social e do reconhecimento emocional e sociológico, como sejam, por exemplo, os impostos progressivos sobre o rendimento, os mecanismos de proteção social, a regulação do trabalho através da negociação coletiva, o reconhecimento da importância do desenvolvimento das capacidades humanas e a igualdade de oportunidades, são instrumentalizados pela linguagem da complexidade, das crises sistémicas dos mercados financeiros e outros, para os quais a justiça social é irrelevante. Daí que as desigualdades e a injustiça sejam danos colaterais do modelo da austeridade”.

Por tudo isto, Casimiro Ferreira advoga que o problema está no momento em que se “trivializa, naturaliza e se passa a aceitar a austeridade como a definição do real possível” e que “a haver espaço para a justiça social, e tem de haver, tal passa pela defesa de sociedades mais igualitárias e simultaneamente mais livres, onde o que consideramos como digno para a vida humana esteja ligado ao próprio funcionamento das mesmas”, remata.

Livro serve de guião sociológico

Desmontar as teses que procuram impor a austeridade como “via de sentido único” para sair da crise foi o objetivo que levou António Casimiro Ferreira a escrever o livro “Política e Sociedade - Teoria Social em tempo de austeridade”.

Esta obra, editada pela Vida Económica, coloca-nos perante “opções” e não perante “inevitabilidades”, explica-nos que somos responsáveis pelo que fazemos, mas também pelo que deixamos que os outros façam conosco, e mostra-nos que, por vezes, os remédios prejudicam mais do que curam e que, por isso, “importa agora remediar os remédios”.

“O que procurei com este livro foi estabelecer um guião sociológico de interpretação da austeridade onde o modo como ela organiza a sociedade, estabelecendo padrões de sociabilidade, introduzindo reformas nas organizações e instituições e organizando expectativas, fosse, a par e passo com a identificação das suas consequências para a vida das pessoas. Para isso, há que desmascarar o real, desconstruí-lo num exercício de permanente questionamento da austeridade e dos efeitos perversos que ela transporta”, explica António Casimiro Ferreira.



“A austeridade não tem alma social e, por isso, é indiferente às desigualdades sociais, ao sofrimento e à vulnerabilidade dos seres humanos”, salienta Casimiro Ferreira.

As desigualdades e a injustiça são danos colaterais do modelo da austeridade

Ilusão do sacrifício de todos é falaciosa

O investigador do CES defende que, apesar da situação económica de Portugal e do pedido de assistência à “troika”, a adoção de uma política de austeridade não era, necessariamente, uma inevitabilidade, pois esta não está dependente da implementação de reformas e da racionalização do Estado. “Não se pode confundir racionalização dos custos e reformas do Estado (quer enquanto Estado de Direito quer enquanto Estado Social), nem as reformas e medidas a implementar na sociedade portuguesa (fomentar o crescimento económico e o desenvolvimento social) com um modelo económico assente na austeridade”.

Justificando a sua perspetiva, Casimiro Ferreira lembra que este não passa de “um modelo de curto prazo que, através das brutais transferências de rendimentos das famílias e indivíduos para o Estado e para o sistema financeiro, cria a ilusão de que o sacrifício de muitos é não só redentor como também eficaz, como resposta à crise”. Uma ilusão que, “para além de falaciosa, impede, na medida em que a austeridade empobrece as pessoas,

afeta a sua dignidade pessoal e social, desqualifica sistemas públicos como a saúde ou a educação, um entendimento amplo do que poderão ser as respostas sustentáveis económicas, social e politicamente à crise e à transformação da sociedade portuguesa”.

Prolongamento ideológico do neoliberalismo

Questionado se o modelo de austeridade seguido era o único modelo viável ou se poderiam ter sido assumidas outras prioridades, o coordenador Executivo do Programa de Doutoramento “Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI”, das Faculdades de Economia e de Direito da Universidade de Coimbra e do CES garante que este “ficará conhecido como o modelo do excepcionalismo baseado na ideia de cortes cegos nos custos do funcionamento do Estado, do trabalho, e nos rendimentos das classes médias e dos grupos mais desfavorecidos”.

Assim, para Casimiro Ferreira, a austeridade aplicada no nosso país “é um prolongamento ideológico do neoliberalismo, a qual tem, no entanto, uma diferença instrumental relativamente ao modelo neoliberal, que é a de invocar o princípio da exceção. Em termos de conteúdo programático, o modelo da austeridade partilha as ideias do “There Is No Alternative” e as lógicas do ajustamento estrutural. O objetivo é o de desestruturar o Estado Social, provocar a erosão dos direitos sociais e laborais e expandir a lógica de mercadorização”, refere.